

A MODERNIZAÇÃO NAVAL CHINESA E AS IMPLICAÇÕES NO MAR DO SUL DA CHINA

Helvécio de Jesus Júnior¹
Natalia Virginia Rodrigues Godinho²

RESUMO

A reforma estrutural da China, no final do século XX, permitiu ao país acelerar o desenvolvimento nas esferas política, econômica e militar. O principal objetivo dessa reforma é transformar a República Popular da China em uma grande potência, aumentando a sua influência no sistema internacional. Para tanto, um dos dispositivos empregados é a modernização das Forças Armadas, uma vez que o poderio bélico permite exercer estratégias como a dissuasão. O propósito deste trabalho é discutir como a projeção naval chinesa no Mar do Sul da China impactam nos eventos e nas disputas pela soberania entre os Estados na região. As reivindicações chinesas são ilegais pelo direito internacional do mar, já que a China ultrapassa os limites da Zona Econômica Exclusiva, outorgados pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), em 1982. Deste modo, o estudo analisa as dinâmicas do poder militar no Mar do Sul da China, bem como o papel dos Estados Unidos no Sudeste Asiático, como forma de mitigar o poderio militar chinês.

Palavras-chave: China. Projeção de Poder Militar. Força Naval. Mar do Sul da China.

¹ Doutor. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Espírito Santo (ES). E-mail: helvjunior@hotmail.com / Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1826-9097>

² Bacharel. Universidade Vila Velha (UVV), Espírito Santo (ES). E-mail: naataliarodrigues@gmail.com / Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6548-2846>

1. INTRODUÇÃO

A reforma estrutural, a abertura de mercado e o desenvolvimento pacífico, fixados a partir governo de Deng Xiaoping no final da década de 1970, propiciou à República Popular da China (RPC) um vertiginoso crescimento econômico no início do século XXI (STANZEL, 2017; NORTON, 2015). A influência política e econômico chinesa se mostrou marcante no sistema internacional, levando os estudiosos a identificarem os principais interesses que modelam os objetivos do país (CARRIÇO, 2013; NORTON, 2015, STANZEL, 2017).

O presente artigo defende três vertentes que estruturam os objetivos estratégicos da China, os quais influenciam nas dinâmicas de projeção de poder na região do Mar do Sul da China (MSCh): o desenvolvimento econômico pacífico; a defesa da soberania e da restauração do território; e, por fim, o fortalecimento do novo conceito de segurança. Neste estudo, ressalta o novo conceito de segurança, baseado nos princípios de informatização e digitalização, os quais moldam as bases da modernização das Forças Militares da China.

Além disso, o artigo propõe abordar a ampliação das capacidades militares chinesas nas últimas décadas, tendo como destaque a Força Naval. Analisa tanto no que concerne à modernização dos armamentos navais, quanto a atuação militar no MSCh, através de estratégias como antiacesso e negação do mar (A2/AD).

Diante disso, encontra-se o problema da pesquisa: há um impacto da modernização naval chinesa nas disputas pela soberania no Mar do Sul da China? Caso haja, poderia assinalar uma maior presença chinesa na região, ao qual excede os limites náuticos outorgados pelo direito internacional. Por efeito, o artigo pretende analisar os programas militares da China acarretam em um desequilíbrio de poder no Sudeste Asiático.

O método utilizado é qualitativo, com base na análise de conteúdo sobre a Marinha chinesa, aplicada ao estudo de caso do Mar do Sul da China. Desta maneira, realiza-se uma revisão de literatura aos principais autores que versam sobre o tema (DELLAGNELO; SILVA, 2005), como Carriço (2013), Fravel (2011), Heath et al. (2016), Norton (2015), O'Rourke (2012), Poling (2020) Santoro (2016), Stanzel et al. (2017) e Sylvester (2012).

O artigo está dividido em três seções. A primeira analisa os interesses e objetivos do Estado chinês, nomeada de Grande Estratégia; seguida da avaliação das capacidades militares que são obtidas através

da modernização chinesa, com enfoque na Força Naval. A última seção investiga o estudo de caso do Mar do Sul da China, avaliando a projeção chinesa e os impactos para o ambiente regional.

2. A RELAÇÃO ENTRE SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO DURANTE A GUERRA FRIA

A ascensão econômica chinesa, entre os anos 2002 a 2012, criou a oportunidade para o país em se estabelecer como potência regional e internacional, com a capacidade de exercer influência nas áreas da economia e da política (US DEPARTMENT OF DEFENSE, 2018). O papel assertivo da política externa da China gerou indagações por parte das grandes potências e entre os analistas da área do o que viria a ser a sua Grande Estratégia (STANZEL et al., 2017; NORTON, 2015).

O conceito de Grande Estratégia norteia uma série de instrumentos para a integração e compreensão dos principais interesses de um Estado, visando coordenar e direcionar melhores esforços para a sua efetivação (NORTON, 2015). Sendo um alicerce para definir as possíveis ameaças para as finalidades das políticas governamentais, a Grande Estratégia também orienta em como o Estado poderá dispor dos seus recursos, sejam estes naturais, políticos, econômicos ou militares, a fim de alcançar os propósitos do país (CARRIÇO, 2013; NORTON, 2015).

De acordo com um dos estrategistas chineses mais notórios e diretor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Pequim, Wang Jisi,

Qualquer Grande Estratégia de um país deve responder ao menos três questões: Quais são os interesses principais de uma nação? Quais são as forças externas que os ameaçam? E o que a liderança nacional pode fazer para manter os objetivos assegurados? (JISI, 2011, p. 1, tradução nossa).

Assim sendo, verifica-se que os pronunciamentos dos líderes chineses e os documentos oficiais do governo, expressos a partir de 2009, deram suporte para as averiguações e constatações quanto aos principais interesses da política do país. Essas são peças chaves para sugerir qual o papel que a China pretende assumir, a curto e longo prazo, na ordem internacional.

Analisa-se que a Grande Estratégia chinesa é aferida através dos meios propostos pela política externa, isto é, o posicionamento, a distribuição de poder e a execução das políticas econômicas e militares (CARRIÇO, 2013). Além disso, é assentada em um “desenvolvimento pacífico”, garantidor de políticas estratégicas tanto internas quanto externas, em prol dos seus interesses estatais e do aumento na influência internacional. A China adota os cinco princípios da coexistência pacífica³, apresentados em 1954 (CARRIÇO, 2013).

Com base nos autores, os quais serão discutidas ao longo desse estudo, o artigo sustenta que as reivindicações chinesas do Mar do Sul da China são alicerçadas por três pilares: o desenvolvimento econômico pacífico; a conservação da soberania e restauração dos territórios; e o novo conceito de segurança.

2.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO “PACÍFICO”

O crescimento econômico vivenciado pela RPC e a posição da China como a segunda maior potência econômica mundial é fruto do modelo reformista e de abertura de mercado, que foi proposto ao final da década de 1970, durante o governo de Deng Xiaoping (NORTON, 2013). A política externa da China, sob governo de Xiaoping, caracterizou-se por uma postura de manutenção do “*Low Profile*”. Em termos estratégicos, isso significa que a China tinha como objetivo se adaptar a agenda internacional do Pós-Guerra Fria e ao multilateralismo, porém assumindo um papel discreto e se concentrando nas políticas domésticas de promoção do desenvolvimento econômico (MOURA, 2015; STANZEL et al., 2017).

Observa-se que a política externa chinesa, das últimas décadas, quebra os paradigmas do *Low Profile* ao assumir um papel mais assertivo como ator internacional, a partir do governo de Xi Jinping em 2012 (MOURA, 2015). Jinping denominou a política como “Sonho Chinês”, isto é, o fortalecimento e rejuvenescimento do país, sob o regime do Partido Comunista da China (PCC), a fim de construir uma sociedade moderna e próspera. Os líderes chineses esperam completar a modernização, em curto prazo, até 2021. Já as perspectivas a longo prazo, a data se estende até o ano de 2049, ano centenário da Revolução Chinesa e chegada do Partido ao poder (NORTON, 2015).

³Os cinco princípios são: respeito mútuo à soberania e integridade nacional; política de não agressão; não intervenção nos assuntos internos de um Estado; igualdade e benefício recíprocos; e coexistência pacífica entre os Estados (CARRIÇO, 2013).

Durante o discurso de abertura do 19º Congresso do PCC, em 2017, Xi Jinping expressa que os principais objetivos da modernização são dar continuidade ao crescimento econômico e tecnológico, assumindo o papel de líder global em inovação (JINPING, 2017). Para os chineses, o processo para a ascensão como uma grande potência regional ocorre de maneira pacífica, colocando em prática princípios de neutralidade e não intervenção estatal (NEW CHINA, 2018).

Xi Jinping afirma:

A China prosseguirá de forma determinada o seu caminho de desenvolvimento pacífico, reforçando o desenvolvimento conjunto, mantendo um sistema de comércio multilateral e participando na governança econômica global. A China nunca conduzirá a sua política de desenvolvimento à custa do sacrifício dos interesses de outros países (RENMIN BAO, 2013 apud CARRIÇO, 2013, p. 28).

Assim, observa-se que a China tem se empenhando no desenvolvimento de estratégias internacionais e de crescimento econômico. Além da participação em fóruns, instituições multilaterais e agrupamentos comerciais, como os BRICS⁴, o governo chinês defende a reconstituição de rotas de comércio regional, como a Rota da Seda⁵ (SYLVESTER, 2012).

Mapa 1 – A Rota da Seda



Fonte: Moss (2017)

⁴ Formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

⁵ Rota histórica que interligava os comerciantes da China, da Ásia, Oriente Médio e do continente Europeu.

O mapa acima exibe as rotas comerciais e expressa a interligação da China a países da Europa e Oriente Médio. Essa estratégica surge como uma iniciativa para expandir o comércio chinês internacionalmente, política que acompanha o slogan do “Sonho Chinês” conforme apresentado abaixo:

Vamos desenvolver novas formas de realizar investimentos externos, promover a cooperação internacional em capacidade de produção, formar redes de comércio global, investimento e financiamento, produção e serviços, e fortalecer nossos pontos fortes para o cooperação econômica e concorrência⁶ (JINPING, 2017, p. 31, tradução nossa).

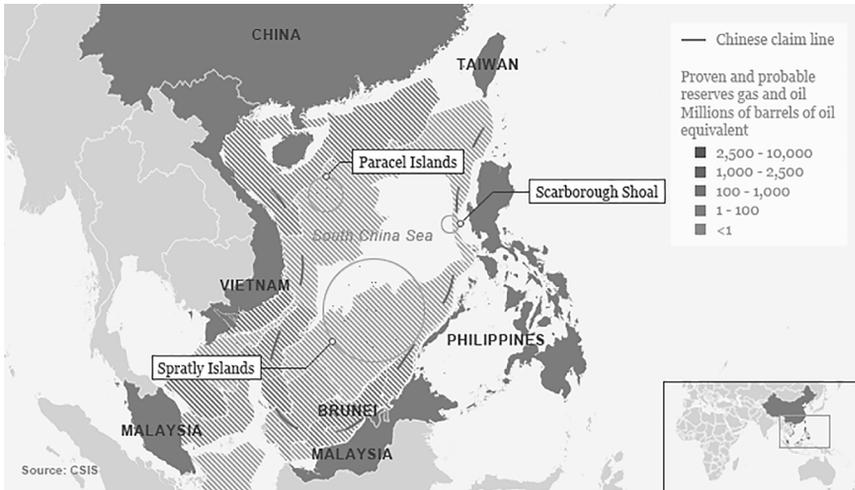
Além da nova Rota da Seda, a região do Mar do Sul da China se torna uma importante zona para os objetivos econômicos chineses. O mar da China meridional, comumente denominado de Mar do Sul da China, se situa no Oceano Pacífico e engloba diversos países como Filipinas, Malásia, Brunei, Indonésia, Singapura e Vietnã (BEUKEL 2010).

De acordo com Pautasso e Doria (2016), a região é uma importante área de comércio e comunicação internacional, detendo aproximadamente U\$5.3 trilhões de dólares. Além disso, estima-se que circulam cerca de 60% da energia e 80% das importações de petróleo da China. Esses dados são importantes ao considerar que a China segue dependente de recursos naturais estrangeiros, como o petróleo. Em 2009, a China tornou uma das maiores importadoras de petróleo (NORTON, 2015).

O mapa abaixo retrata os níveis de concentração de recursos naturais no MSCh, sendo a cor verde os maiores índices de aglomeração das reservas de petróleo e gás.

⁶ We will develop new ways of making outbound investments, promote international cooperation on production capacity, form globally-oriented networks of trade, investment and financing, production, and services, and build up our strengths for international economic cooperation and competition.

Mapa 2 – As reservas de gás natural e petróleo no Mar do Sul da China



Fonte: DW (2017)

Segundo Fravel (2011), há o equivalente à 105 bilhões de barris de hidrocarbonetos acumulados na região, além de 11 bilhões de barris de petróleo e 190 trilhões de metros cúbicos de gás natural. Ademais, a geografia do Mar do Sul da China é contemplada por uma relevante área pesqueira e possui importantes rotas comerciais por se conectar com o Estreito de Malaca, o Oceano Índico, o Estreito de Taiwan e o Oceano Pacífico (BEUKEL, 2010; FRAVEL, 2011).

Portanto, é fundamental para os chineses a manutenção da abertura das passagens marítima e um ambiente regional com o mínimo possível de intervenções de outras potências internacionais. No entanto, os Estados Unidos (EUA) se mantem ativos na região por meio da instalação de bases militares, o que se constitui também como uma maneira de conter o avanço das influências da China no Sudeste Asiático (NORTON, 2015; STANZEL et al., 2017).

A partir do ano de 2018, as duas maiores potências econômicas do globo, Estados Unidos e China, iniciaram a chamada guerra comercial. Essa disputa econômica teve como início uma série de taxações norte-americanas sob as importações chinesas, na justificativa de que o déficit da balança comercial entre os dois países prejudica o Estado americano. O resultado foi a retaliação chinesa, do mesmo modo aplicando impostos sob produtos dos EUA (MONTEIRO, OBREGON, 2019).

A guerra comercial gerou impactos negativos para a China, como por exemplo a desaceleração da economia em 6,4% e 6,2% no primeiro e segundo trimestre de 2019, respectivamente (YAO, 2019). Já nos Estados Unidos, o setor da agricultura foi o mais prejudicado, uma vez em que a China reduziu exponencialmente a aquisição de soja do país (SPUTNIK, 2020).

Além disso, a disputa aumentou a tensão internacional de que a crise poderia desacelerar o comércio mundial (PASSARINHO, 2019). No entanto, os sinais para uma possível reversão apareceram em janeiro de 2020, quando os dois países assinaram a primeira fase de um acordo (BBC, 2020).

Assim, apesar dos EUA e a China assumirem políticas em prol da defesa dos interesses internos, observa-se que a interdependência econômica é o principal fator para que a guerra comercial leve prejuízos aos países. Conforme já exposto, o interesse principal chinês se refere ao desenvolvimento econômico e, dessa forma, é essencial a atuação da diplomacia da China para evitar maiores empecilhos (BARRÍA, 2018).

2.2 CONSERVAÇÃO DA SOBERANIA E RESTAURAÇÃO DOS TERRITÓRIOS

A conservação da soberania e unidade territorial são partes essenciais para o direcionamento da política de segurança nacional da China. O Documento Branco de Defesa chinês, do ano de 2013, afirma que é o dever da segurança nacional lutar contra o terrorismo, o extremismo e separatismo (MINISTRY OF NATIONAL DEFENSE, 2013).

Desde a era de Mao Tse-tung (1949-1976), os governos chineses têm como interesse assegurar a reunificação e autoridade territorial (SYLVESTER, 2012). Em virtude de ter atuado como uma potência imperial ao longo dos séculos e, com base na política nacional de defesa da soberania, há uma resistência chinesa em ceder territórios e não reconhecer regiões que proclamaram a independência (MINISTRY OF NATIONAL DEFENSE, 2015).

No tocante à segurança nacional, as dinastias do Império chinês dedicaram-se, em pequena escala, para a preservação da zona costeira. Sendo uma grande potência terrestre, havia pouca relevância para o desenvolvimento de políticas de segurança na faixa litorânea. Além disso, a autossuficiência e o aproveitamento das rotas comerciais pelo oeste

asiático demonstravam a pouca necessidade em desenvolver o comércio internacional utilizando trajetos marítimos (STANZEL et al., 2017).

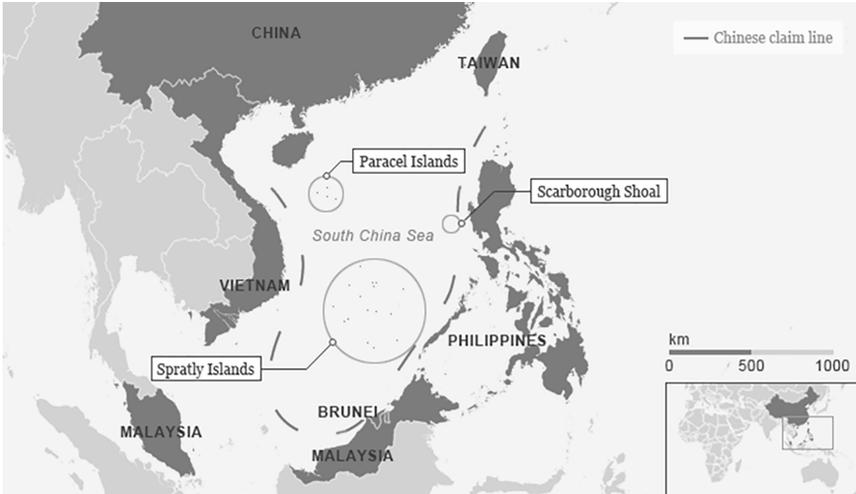
As ameaças pela costa começaram a surgir em meados do século XIX, com a expansão do imperialismo europeu e japonês, demonstrando a fragilidade de sua marinha. Pelo fato de haver uma fragmentação regional, as cidades litorâneas requeriam objetivos e interesses distintos das províncias do interior do país, as quais as políticas governamentais possuíam mais enfoque. Como efeito, a China assistiu ao controle de potências estrangeiras sob suas cidades portuárias, a exemplo Hong Kong (SYLVESTER, 2012).

Assim, atualmente os chineses acreditam ser essencial a demonstração de controle da soberania e projeção de poder regional, principalmente através de uma Força Armada estruturada, a fim de assegurar os interesses nacionais (NORTON, 2015). Os avanços dos equipamentos militares da marinha, a criação de recifes artificiais no Mar do Sul da China e a tentativa de avançar a autoridade marítima para além das Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE), são alguns dos exemplos de como a China coloca em prática estratégias para as disputas territoriais.

De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) de 1982, a soberania marítima de um Estado é exercida no mar territorial, o qual possui um limite de 12 milhas náuticas, sendo estendida pela Zona Contígua de até 24 milhas. A região da ZEE compreende mais 200 milhas, garantindo ao Estado o direito à livre extração de recursos naturais e a instalação de ilhas artificiais (UNCLOS, 1995).

No entanto, como exposto no mapa a seguir, a China reivindica uma área extensa no MSCh, que excede os limites assegurados pelo Direito Internacional.

Mapa 3 – A reivindicação de soberania marítima pela China, no Mar do Sul da China



Fonte: DW, 2015

Destaca-se, em azul, o cinturão referente às reivindicações chinesas, denominado de “linha dos nove traços”, extensão do limite marítimo chinês defendida pelo país desde o final da Segunda Guerra Mundial⁷; e que evidentemente ultrapassa as Zonas Econômicas Exclusivas dos Estados vizinhos. Os países criticam a demarcação defendida pela China, uma vez que trespassa o direito internacional marítimo.

De acordo com a posição oficial chinesa, as reivindicações de soberania marítima no Mar do Sul da China provêm de origens históricas. A área foi palco de atividades comerciais há mais de dois mil anos e, dessa forma, os chineses defendem terem sido os primeiros a exercerem a “soberania e jurisdição sobre elas [ilhas] de forma contínua, pacífica e eficaz” (PAUTASSO; DORIA, 2016, p. 23). No entanto, a tese história para sustentar a reivindicação não é legítima para a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), uma vez em que é apenas reconhecido a autoridade marítima delimitada pelas linhas náuticas já estabelecidas.

⁷De acordo com Baker e Zhang (2012), pelo fato dos demais países da região se depararem com os movimentos de independência, a estratégia política chinesa foi pouco questionada e discutida durante o século XX. Apesar da “linha dos nove traços” não ser reconhecida internacionalmente, a não contestação naquele determinado período significou, para a visão dos chineses, a aceitação internacional ao seu novo mapa marítimo.

A primeira manifestação da China sobre a questão se deu em 1947, com a declaração do proeminente líder do Partido Comunista Chinês, Zhou Enlai, e a inserção do conceito da “linha dos onze traços” (FRAVEL, 2011). A faixa marítima se estendia por praticamente todo o mar Meridional e limitava a soberania marítima dos demais países. Em 1953, o governo da República Popular da China subtraiu dois traços, alterando a nomenclatura para “linha dos nove traços”, a delimitação marítima atual que a China defende (BAKER; ZHANG, 2012).

Desde então, a China tem impulsionado suas estratégias geopolíticas para a consolidação da dominação no Mar do Sul da China, inclusive aprofundando as políticas domésticas a contar da ratificação da UNCLOS, em 1982 (FRAVEL, 2011). Em 1992, quando foi promulgada a Lei “Mar Territorial e Zona Contígua”, na qual delegava à China os direitos sob o Mar do Sul da China, as ilhas e arquipélagos afins (BEUKEL, 2010).

A China deu prosseguimento a essa política com a reafirmação da extensão da linha marítima, a “linha dos 9 traços”, em 1996; e a Lei da Zona Econômica Exclusiva e das Plataformas Continentais da República Popular da China, em 1998, na qual acrescenta direitos marítimos à Lei de 1992 (FRAVEL, 2011). Importante citar que, desde 1949, a delimitação da área marítima chinesa a partir da “linha dos nove traços” tem sido exibida oficialmente nos mapas do país (FRAVEL, 2011).

Em 1995, o país expandiu sua presença a partir de construções de ilhas artificiais próximas às ilhas Spratly, situadas fora do raio de inclusão de sua ZEE. A área, nas décadas seguintes, também seria usada para o estabelecimento de bases militares chinesas (BEUKEL, 2010). Segundo o artigo 60 da UNCLOS (1982), os Estados possuem plenos direitos para a construção de ilhas artificiais, desde que estejam dentro da Zona Exclusiva, o que não é o caso chinês (JORDÃO, 2018).

Há dúvidas entre os estudiosos de estudos estratégicos se a questão do Mar do Sul da China é ou não um novo tópico da Grande Estratégia da China. Para Norton (2015), a zona é parte integrante para a defesa da soberania nacional e a integridade territorial, não devendo ser considerada como um novo pilar da Grande Estratégia Chinesa. No entanto, não se pode negar que os pensamentos marítimos anteriores vêm sendo substituídos pela priorização das políticas em defesa marítima, em prol da soberania e reunificação do país.

2.3 O NOVO CONCEITO DE SEGURANÇA

Devido à expansão das atividades comerciais chinesas no cenário global, a dependência dos recursos naturais, a reivindicação de territórios marítimos e, não obstante, a projeção como uma grande potência, as relações chinesas contemporâneas podem ser descritas através de uma combinação entre políticas ligadas ao *Soft Power* (NYE, 2002) e ao *Hard Power*⁸. Isso decorre posto que a atuação da China varia de acordo com a interpretação do governo acerca das ameaças, influências ou oportunidade de cooperação internacional.

Ao final da década de 90, com a formação das alianças dos países asiáticos com os Estados Unidos e a presença militar do mesmo no ambiente regional, a China se deparou na necessidade em desenvolver um novo conceito de segurança (STANZEL et. al, 2017). O novo conceito de segurança é definido como uma série de políticas chinesas com o intuito de exercer uma

participação ativa, na contenção de comportamentos beligerantes [...] na defesa de um livre mercado, na interdependência, na criação de interesses comuns e na redução de conflitos [...] do qual a China refuta a condição de políticas hegemônicas e advoga a paz e o desenvolvimento internacionais (CARRIÇO, 2013, p. 25)

Anos mais tarde, o conceito de segurança foi então ampliado para a defesa da soberania chinesa, sobretudo na questão do Mar do Sul da China (STANZEL et. al, 2017). Conforme já exposto, os líderes chineses superaram as políticas de *low profile* ao assumir políticas mais resistentes para a defesa dos interesses nacionais.

Nesse sentido, a China vem intensificando as capacidades das Forças Armadas em diversos níveis através de uma reforma e aquisição de novos armamentos, aumentando a efetividade do complexo militar chinês. A modernização militar da China, que vem sendo desenvolvida desde os anos 1990, se caracteriza como um motor para a defesa dos seus objetivos essenciais do governo, além de fornecer uma dissuasão regional no tocante às disputas locais, como o Mar do Sul da China (CARRIÇO, 2013).

⁸ *Hard Power* caracteriza-se como uma política em que o Estado prioriza a sua influência, no cenário internacional, por meio do alto poderio militar, bem como estratégias de dissuasão. Já o *Soft Power*, utiliza os instrumentos advindos da diplomacia e da cooperação internacional (NYE, 2002).

Em concordância, Norton (2015) afirma que o *Hard Power/Soft Power* e a política de dissuasão são partes essenciais do processo de projeção de poder militar na região. No entanto, a presença norte-americana na região, por meio das instalações de bases militares e porta aviões, se manifesta como uma forma de conter um maior avanço chinês no Sudeste Asiático.

Abaixo é demonstrado os principais pontos estratégicos das instalações militares dos EUA no Mar do Sul da China.

Mapa 4 – As bases militares norte-americanas no Sudeste Asiático, em 2011



Fonte: Thomson Reuters (2012)

A partir das informações do acima, é possível verificar o agrupamento das diversas bases norte-americanas no Sudeste Asiático, no ano de 2011. Em uma comparação entre os anos de 2017 e 2011, os Estados Unidos possuíam 28.500 militares da Força Aérea e Naval na Coreia do Sul no ano de 2017, enquanto o número se aproximava a 25.374 em 2011.

No Japão, o número expandiu de 35.598 para 50.000, contando com mais de 20.000 militares navais nas bases aéreas de Futenma e Iwakuni (PUBLIC RADIO INTERNATIONAL, 2017).

O motivo para a expansão da atuação dos EUA na região é advindo das tensões entre a China e Taiwan, as disputas pela soberania no Mar do Sul da China, além da possibilidade de uma eclosão de um conflito envolvendo armas nucleares com a Coreia do Norte (O'ROURKE, 2018).

Segundo Sylvester (2012), a China enfrenta três possíveis cenários com essa realidade: aceitar a presença norte-americana, procurar demais alternativas para reduzir a vulnerabilidade ou empregar equipamentos que possam melhorar a sua capacidade naval global. Atualmente, o país tem desenvolvido capacidades de antiacesso e negação da área (A2/AD), como a aquisição de submarinos e mísseis antinavios, com o objetivo de deter qualquer outra nação na interferência no controle do mar, principalmente no Mar do Sul da China e as disputas de soberania marítima (A MODERN NAVY WITH CHINESE CHARACTERISTICS, 2009).

Dessa forma, ao analisar as estratégias da China contemporânea, é notório que há uma ambiguidade entre as políticas para o desenvolvimento do país. De um lado, a China atua firmemente fóruns, blocos e instituições multilaterais, além de desenvolver parcerias regionais como a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)⁹ e a Organização para Cooperação de Xangai (OCX)¹⁰. Por outro lado, a China vem desenvolvendo capacidades militares que possam superar as ameaças externas.

3. A MODERNIZAÇÃO DO EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO POPULAR

O modelo de modernização militar chinesa, defendido neste artigo, é desenvolvido através de um sistema híbrido positivo, conceituado pelo Professor Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais, Edson José Neves Júnior. Esse sistema é caracterizado pelo uso da tecnologia e digitalização, a fim de obter uma maior integração entre as Forças Armadas (Aérea, Naval, Espacial, Terrestre) e das redes de comunicação, mantendo as estruturas das forças militares tradicionais (NEVES JÚNIOR, 2015).

⁹ Fundada em 1967, tem como membros: Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Singapura, Tailândia e Vietnã.

¹⁰ Fundada em 1969, tem como membros: China, Cazaquistão, Índia, Paquistão, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão e Uzbequistão.

No aspecto operacional da guerra, esse modelo auxilia na ampliação da “Consciência de Situação” de guerra, isto é, a precisão do reconhecimento da área, obtida principalmente por satélites. Como resultado, a identificação do alvo e do ataque são mais acurados, utilizando como por exemplo mísseis guiáveis, executados por sistema tipo GPS, que reduzem a margem de erro da operação (NEVES JÚNIOR, 2015).

Segundo o líder chinês Jinping,

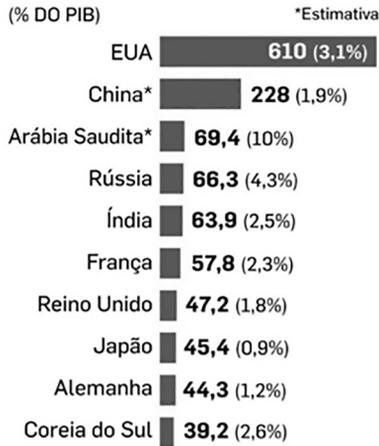
Devemos garantir que os esforços para tornar nosso país próspero e os esforços para tornar nossos militares fortes andem de mãos dadas. Fortaleceremos a liderança unificada, o design de nível superior, a reforma e a inovação. Iremos acelerar a implementação de grandes projetos, aprofundar a reforma da ciência relacionadas com a defesa, tecnologia e indústria, alcançar uma maior integração militar-civil e construir estratégias integradas nacionais e capacidades estratégicas. Vamos melhorar o nosso sistema de defesa, de mobilização e construir uma bem estruturada e moderna defesa fronteiriça, defesa costeira e defesa aérea¹¹ (JINPING, 2017, p. 49, tradução nossa).

Observa-se que desde o final dos anos 1980, a China vem intensificado os programas militares e o uso da tecnologia para aprimorar o arsenal. O objetivo transformar o Exército de Libertação Popular (PLA) em um poder robusto, abrangendo os mais poderosos armamentos (US DEPARTMENT OF DEFENCE, 2018). Além disso, o documento Branco de Defesa Chinês (2015) expressa como a nova prioridade: manter a dominação e soberania marítima (HEATH et al., 2016).

O Partido Comunista Chinês espera que as Forças Armadas completem a modernização no ano de 2049, tornando-se uma grande referência mundial (COOPER, 2018). O infográfico abaixo demonstra os altos níveis de investimentos chineses no âmbito militar, comparando à nível regional e global.

¹¹ We should ensure that efforts to make our country prosperous and efforts to make our military strong go hand in hand. We will strengthen unified leadership, top-level design, reform, and innovation. We will speed up implementation of major projects, deepen reform of defense-related science, technology, and industry, achieve greater military-civilian integration, and build integrated national strategies and strategic capabilities. We will improve our national defense mobilization system, and build a strong, well-structured, and modern border defense, coastal defense, and air defense.

Infográfico 1 – Despesas militares mundiais em 2017



Fonte: Diário de Notícias (2018)

O país lidera os gastos militares na Ásia e se posiciona em segundo lugar internacionalmente, atrás do vasto e incomparável complexo militar dos Estados Unidos. Dados expressos pelo jornal sul coreano, *Hankyoreh*, constata que o orçamento militar da China cresceu cerca de 7% em 2017, os Estados Unidos 10%; enquanto o Japão aumentou em aproximadamente 2,3% (HANKYOREH, 2017). No entanto, importante ressaltar que a capacidade militar dos Estados Unidos segue sendo superior à chinesa e qualquer outro país.

A nova estrutura do PLA se configura nos pilares da informatização e digitalização, que proporcionam o comando e controle em tempo real. A informatização se refere à competência de inserir tecnologias modernas, que possam integrar e coordenar às Forças Armadas, através de uma rede de comunicação. A digitalização também produz um efeito mais rápido e eficaz no que condiz à coordenação das forças militares, ao mesmo tempo em que reduz o tempo de contra-ataque do inimigo (OFFICE OF NAVAL INTELLIGENCE WASHINGTON DC., 2009).

A tecnologia chinesa inclui mísseis guiados por sistema tipo GPS e a navegação por satélite, tornando os alvos mais precisos e reduzindo a necessidade de se utilizar soldados em campo e um contato direto entre as forças (HEATH et al., 2016). Uma força militar robusta permitiria à China alcançar os objetivos da Grande Estratégia, principalmente os interesses econômicos e relativos à soberania (HEATH et al., 2016).

Assim, apesar de defender uma estabilidade regional para as políticas do “desenvolvimento pacífico”, a China também emprega mecanismos bélicos em prol dos seus objetivos. Observa-se que a defesa chinesa e as operações para a dominação em zonas marítimas no Mar do Sul da China aumentaram substancialmente desde o início da modernização militar (MINISTRY OF NATIONAL DEFENSE, 2013).

Tal fato é evidenciado no Documento Branco de 2015, o qual demonstra que as áreas marítimas constituem como um importante tópico de defesa e estratégia. O documento também pressupõe que o aumento da tecnologia e da informatização à força militar permitiria, aos chineses, vencer guerras locais (MINISTRY OF NATIONAL DEFENSE, 2013).

3.1 A MARINHA DO EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

A Marinha do Exército de Libertação Popular (PLAN) age como uma peça fundamental para a realização dos interesses chineses marítimos, sobretudo nas disputas pela soberania no MSCh. De acordo com o diretor adjunto do Instituto de Pesquisa Estratégica da Universidade Nacional de Defesa do PLA, Meng Xiangqing, atualmente a principal ameaça para a salvaguarda dos objetivos do “Sonho Chinês” e para a estabilidade regional provém da zona marítima (HEATH, 2017).

A modernização naval chinesa é regida, sobretudo, pelos esforços para a aquisição de armas de longo alcance, como mísseis balísticos antinavio (ASBM); e embarcações tecnológicas, como porta aviões e submarinos nucleares (O’ROURKE, 2012). O processo de substituição dos antigos equipamentos navais é realizado desde o ano de 2015, com ênfase na reestruturação, armamento e treinamento (US DEPARTMENT OF DEFENSE, 2018).

Atualmente, a Força Naval chinesa é considerada como a maior da Ásia¹². A PLAN é contemplada “com mais de 300 meios de superfície, submarinos, navios anfíbios, barcos de patrulhas e outros tipos especializados” (US DEPARTMENT OF DEFENSE, 2018, p. 41, tradução nossa).

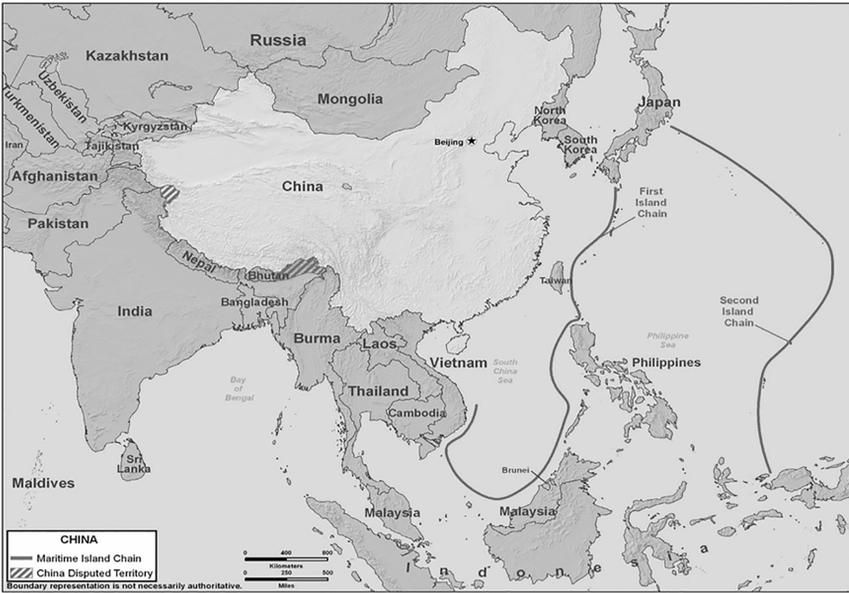
A principal estratégia marítima chinesa surgiu em 1982, pelo Comandante da Marinha Chinesa, Liu Huaqing (1916 - 2011). Nomeada, em inglês, *Offshore defense*, essa política militar tem como objetivo expandir

¹² Idem.

as capacidades navais a fim de defender os interesses chineses nas regiões marítimas as quais a China reivindica soberania (HARNETT, 2014).

O *Offshore defense* ocorre por meio da projeção de poder militar nas duas cadeias de ilhas (HARNETT, 2014), expressas no mapa abaixo. A China inicialmente pretende assumir o controle marítimo da primeira cadeia, no Mar do Sul da China, pretendendo projetar-se para a segunda (US DEPARTMENT OF DEFENSE, 2018).

Mapa 5 – A primeira e segunda cadeia de ilhas



Fonte: Office of the Secretary of Defense (2008)

A primeira cadeia refere-se ao território do leste da China, contemplando Taiwan, o Mar do Sul da China, as ilhas Paracel e Spratly. A finalidade é o emprego de estratégias a Anti-Acesso e Negação de Área (A2/AD), impedindo que os demais países acessem o território marítimo (A MODERN NAVY WITH CHINESE CHARACTERISTICS, 2009). Nessa área, são utilizados equipamentos de curto alcance, além de mísseis balísticos e de cruzeiro, submarinos à diesel e aviões de caça (MACHADO et. al, 2016).

Já a segunda cadeia de ilhas inclui a extensão marítima do Sudeste do Japão e a costa leste das Filipinas, principalmente. A interface entre a primeira e a segunda cadeia também é obtida por instrumentos

militares tecnológicos que permitam o antiacesso, com características à longo alcance como submarinos nucleares, mísseis balísticos e antinavios que operem a longas distâncias (MACHADO et. al, 2016).

Assim, o planejamento militar chinês é caracterizado pela aquisição e inserção tecnológica nos meios militares, sobretudo nas plataformas militares, submarinos e mísseis. Conforme já visto, a tecnologia também auxilia na logística militar, a medida em que integra de maneira efetiva as comunicações, o comando, controle e vigilância (O'ROURKE, 2012).

Atualmente, a prioridade chinesa está relacionada à projetos de construção e aumento das capacidades nos submarinos, visto que os mesmos proporcionam a dissuasão e discrição (BRIGGS, 2016). Considerando as disputas pela soberania no Mar do Sul da China, os submarinos asseguram uma navegação em áreas as quais não contemplam o território chinês, segundo as bases da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, exercendo um papel fundamental para a vigilância marítima (BRIGGS, 2016).

Entre 1995 e 2016, a Marinha chinesa adquiriu aproximadamente 50 submarinos, tanto convencionais, quanto nucleares. Atualmente, a China atua com “quatro submarinos nucleares com capacidade de lançamento de mísseis balísticos, 5 submarinos de ataques nucleares e 47 submarinos a diesel” (US DEPARTMENT OF DEFENSE, 2018, p. 41-42, tradução nossa). Em uma estimativa para 2020, com o desenvolvimento naval da China, acredita-se que a PLAN poderá obter entre 69 e 78 submarinos (O'ROURKE, 2018).

Outro armamento naval essencial para o poderio são os porta-aviões, uma vez que esses se transformam em bases para o transporte e decolagem de aviões de combate. Desde o início da modernização militar chinesa até o ano de 2012, a PLAN não possuía qualquer arquétipo. Contudo, esse cenário foi transformado a partir de setembro de 2012, com a aquisição e a operação do seu primeiro porta aviões proveniente da antiga União Soviética, denominado *Liaoning*, da classe *Kuznetsov* (MIZOKAMI, 2018).

Desde então, a China dedica-se em produzir seus próprios porta aviões. O primeiro porta aviões naturalmente chinês foi construído em abril de 2017, tendo como nomenclatura Tipo 001A. As características giram em torno de 55.000 toneladas, com propulsão convencional. Outra diferenciação entre o porta aviões da ex-URSS e o natural chinês é no que concerne às suas finalidades. Enquanto o *Liaoning* tem como objetivo estabelecer suporte às operações técnicas e treinamentos, o Tipo 001A tem

como intuito assegurar a defesa e a segurança do país, em cenários de guerras e batalhas (MIZOKAMI, 2018).

Já no início de 2018, a PLAN deu início à construção do seu terceiro porta aviões, sendo esse o segundo fabricado nacionalmente. De acordo os meios de comunicação chineses, a grande inovação está relacionada à substituição do trampolim por uma catapulta eletromagnética, destinada a decolagem dos aviões. Dessa forma, a China estaria se equipando cada vez mais em caso de batalhas navais (O'ROURKE, 2018).

Os programas para a construção de navios de superfícies são também fundamentais para a defesa e para operações a longas distâncias, especialmente os que contemplam mísseis guiados. Estes, também nomeados de míssil antinavio, são utilizados para deter navios inimigos e assegurar a defesa marítima. Com a massiva reformulação da frota naval, estima-se que a China adquiriu cerca de 30 *destroyers*, 43 fragatas e mais de 25 corvetas, entre os anos 1991 e 2018, além de vários navios estarem em estágio de construção ou finalização (O'ROURKE, 2018; US DEPARTMENT OF DEFENSE, 2018).

Uma das grandes mudanças durante a modernização militar chinesa foi a transferência da guarda costeira de autoridade civil para a administração do Exército Popular. Em virtude das atuais preocupações da China em relação à soberania e dominação marítima, o país empenha-se em construir uma rede de defesa e proteção através dos navios de patrulha. De acordo com Erickson (2018), o total de navios da guarda costeira é de aproximadamente 1.275, uma combinação de embarcações de grande porte (1.000 toneladas) e médio porte (500 toneladas).

Ao investir no reconhecimento, comando e controle de superfície, a China se esforça em assegurar o controle no Mar do Sul da China. Conjuntamente, as capacidades de A2/AD vêm sendo reforçadas a partir de sistemas de vigilância (radares) e programas de instalações de equipamentos de monitoramento no fundo do oceano (HEATH et al., 2016). O objetivo é detectar submarinos e obter informações inimigas em tempo real, com o intuito de obter uma ação mais rápida e precisa¹³.

Dessa forma, a política militar chinesa vem assumindo uma característica mais assertiva, principalmente a partir das construções militares nos arquipélagos de Paracel e Spratly, no Mar do Sul da China (US DEPARTMENT OF DEFENSE, 2018). De acordo com Mizokami (2020), aproximadamente sete recifes foram expandidos e aproximadamente 3.200

¹³ Idem.

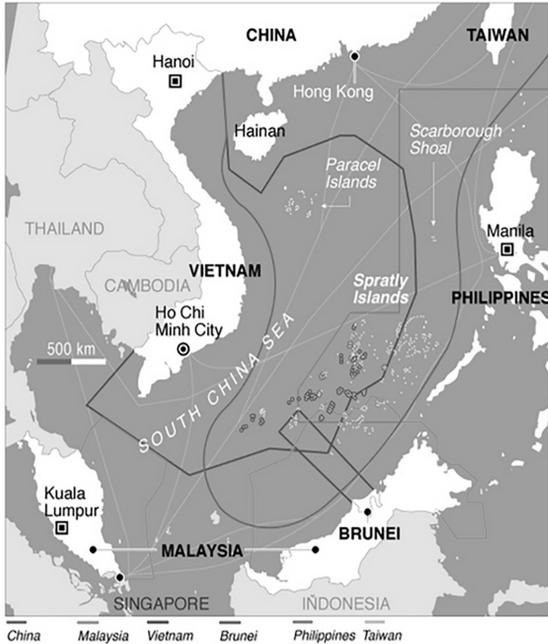
acres de terra foram criados pelos chineses. A princípio, a argumentação da China era de que estariam sendo utilizadas para fins de pesquisa científica, porém atualmente é notório que as ilhas são empregadas para finalidades militares (MIZOKAMI, 2020).

Portanto, o aumento das atividades chinesas nas áreas regionais marítimas respalda os diversos orçamentos para reestruturação militar, tendo como principais intuítos a projeção de poder, soberania e operações além-mar. As rápidas produções chinesas demonstram que o Exército de Libertação Popular está encaminhando para refrear e contestar qualquer ameaça na região, principalmente no Mar do Sul da China e Taiwan, além de se apresentar como um novo poder face à influência dos Estados Unidos.

4. AS DISPUTAS DE SOBERANIA NO MAR DO SUL DA CHINA E AS DINÂMICAS DA POLÍTICA MILITAR CHINESA

As disputas da soberania marítima no Mar do Sul da China têm sido alvo de debates internacionais devido à irregularidade das reivindicações chinesas, ao mesmo tempo em que a China tem se projetado militarmente na região. Conforme exposto no mapa abaixo, além da China, países como Vietnã, Filipinas, Brunei e Malásia também fazem parte das disputas marítimas na região.

Mapa 6 – As zonas marítimas reclamadas pelos países, no Mar do Sul da China



Fonte: Global Journal Ceners (2018)

Analise-se, acima, as demarcações marítimas entre os Estados vizinhos. Desde 1970 quando se iniciou disputas entre China e Vietnã a respeito do território, as discordâncias entre os países se ampliaram, sobretudo com a propagação chinesa acerca da “linha dos nove traços” e as construções de ilhas artificiais nos arquipélagos de Spratly e Paracel (SANTORO, 2016).

As Filipinas criticam e rejeitam as atuações marítimas chinesas e as construções de ilhas artificiais desde 1992, uma vez em que essas se situam na sua Zona Econômica Exclusiva (FRAVEL, 2011). De acordo com o artigo 60 da UNCLOS (1982), os Estados possuem plenos direitos para a construção de ilhas, desde que estejam dentro da ZEE.

Dessa forma, as Filipinas vêm procurando meios pacíficos, diplomáticos e com princípios de respeito mútuo para a resolução do problema com a China (BEUKEL, 2010). O país inclusive conduziu a questão à Corte Internacional de Justiça, também denominada de Tribunal de Haia, no ano de 2013 (O GLOBO, 2016).

Em janeiro de 2016, o Tribunal deu a sua resolução final, tendo apoio da Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁴, aprovando a exploração dos recursos marítimos pelas Filipinas, em seu território legal (DORIA; PAUTASSO, 2017). Segundo o Tribunal Permanente de Arbitragem de Haia, a China infringiu a autoridade filipina dentro da ZEE do país, uma vez em que as ilhas artificiais chinesas interferiram na exploração de recursos naturais (O GLOBO, 2016).

Além disso, foi acordado que as reivindicações de soberania chinesa sob o MSCh são inválidas perante ao direito internacional do mar, refutando as alegações da China de que seus direitos provêm de origens históricas (SANTORO, 2016). As manifestações chinesas baseadas em “direitos históricos” são “incompatíveis com as Zonas Econômicas Exclusivas estabelecidas pela Convenção das Nações Unidas de 1982 sobre o Direito do Mar” (DORIA; PAUTASSO, 2017, p. 24).

Apesar dos seus direitos negados, a China persiste em derrogar as resoluções impostas pelo Tribunal de Haia, optando e favorecendo as negociações bilaterais. Os chineses não reconhecem as decisões e seguem a instaurar instalações militares próximas aos arquipélagos, acompanhadas de operações militares e exercícios navais como forma de dissuasão (SANTORO, 2016).

Uma das razões para a China negar as deliberações do Tribunal de Haia é a defesa chinesa de que as disputas devam ser resolvidas por meio do Código de Conduta (COC) sobre as Partes Envolvidas no Mar do Sul, entre os membros da ASEAN e a China, criado em 2002. Esse documento tem como propósito consolidar uma cooperação entre os países e orientar as políticas do Mar do Sul da China sob o viés da confiança mútua (DECLARATION ON THE CONDUCT OF PARTIES IN THE SOUTH CHINA SEA, 2002).

No entanto, a Declaração do COC tem como bases principais as linhas diretivas da UNCLOS, tornando mais uma vez ilegítima a projeção chinesa além das ZEEs. Além disso, o documento reafirma que as disputas deverão ser levadas por meios diplomáticos, sem recorrer ao uso da força (DECLARATION ON THE CONDUCT OF PARTIES IN THE SOUTH CHINA SEA, 2002).

¹⁴ Sendo um dos países fundadores da ONU (1945-), a China também é pertencente ao grupo dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança. Como principal organismo, o Conselho de Segurança tem como objetivo a conservação da paz mundial e, por tal efeito, dispõe do poder de voto, da capacidade de acrescentar decisões obrigatórias aos membros da organização, bem como autorizar intervenções militares.

Contudo, observa-se que a principal tática chinesa é a projeção de poder naval mediante às estratégias de antiacesso e negação do mar (A2/AD), com a finalidade de dissuadir os Estados vizinhos, inclusive os norte-americanos e impedir que essas marinhas possam atuar na região (PANDA, 2020). Essa tática é operada, em parte, pela criação das ilhas artificiais, as quais são equipadas por sistemas de mísseis antinavio e antiaéreo (BRADLEY, 2020). Além de fornecerem uma “Consciência de Situação”, as construções contribuem para a ampliação da logística naval, podendo também servir como território para operações antissubmarina a fim de detectar submarinos de um oponente (PANDA, 2020).

Assim, o propósito das construções chinesas é aplicar um poderio naval o suficiente a fim de exercer uma pressão externa, ao ponto que os Estados poderiam abandonar as disputas e os direitos marítimos (POLING, 2020). Segundo Poling (2020), a China espera que a dissuasão, fornecida pela crescente militarização e demonstração de poder, possa diminuir as chances de retaliação militar dos demais países, uma vez a capacidade das Forças Armadas desses Estados atualmente são inferiores que o complexo militar chinês.

No entanto, a presença militar norte-americana, a maior potência global, no continente se converte em uma grande ameaça à projeção de poder chinesa e suas atuais ambições na região (O’ROURKE, 2018). De acordo com os analistas internacionais, após a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, a tensão e os cenários no MSCh se tornaram cada vez mais imprevisíveis, principalmente para os formuladores de estratégias chineses (STEINBERG; O’HANLON, 2017).

O Mar do Sul da China é o primeiro lugar onde as normas e regras desse sistema internacional estão sendo desafiados pela China, pois se os EUA perderem o controle sobre as navegações pela região perderá sua predominância global e se tornarão apenas mais uma potência (PAUTASSO; DORIA, 2016, p. 30).

As duras críticas de Trump contra as políticas econômicas chinesas, durante as campanhas eleitorais, expandiram para o desenvolvimento militar do país após assumir o mandato presidencial (STEINBERG; O’HANLON, 2017). A guerra comercial, em 2018, também favoreceu para que aumentasse as tensões bilaterais não apenas no âmbito econômico, mas também no viés militar (HUANG, 2019).

Dessa forma, com o propósito de mitigar as atuações chinesas no Mar do Sul da China, os EUA frequentemente operam na região. As “Operações para Garantir a Liberdade de Navegação” norte-americanas, princípio respaldado pelo artigo 87 UNCLOS¹⁵, são condenadas pela China, a qual afirma que os navios norte-americanos navegam em áreas consideradas território chinês (AXE, 2020). Além disso, estima-se que, no ano de 2019, foram realizados aproximadamente 85 exercícios militares dos Estados Unidos na região Indo-Pacífica, como forma de reprimir a ascensão militar chinesa no Sudeste Asiático (HUANG, 2019).

Os Estados Unidos também investem em alianças regionais, no intuito de contrabalancear a possível liderança chinesa. A título de exemplo, as Filipinas firmaram o Acordo de Cooperação para a Melhora da Defesa (EDCA) com os EUA, em 2014, com o propósito de aumentar a presença militar norte-americana no país (POLING, 2020).

De acordo com Stashwick (2020), a presença dos EUA na região é de suma importância, uma vez que o seu alto poderio bélico é capaz de neutralizar a Força Naval chinesa. Sem a atuação norte-americana, é provável que as tensões militares da China seriam mais hostis. Em contrapartida, o aparecimento de navios militares dos EUA influencia nas dinâmicas militares da China, uma vez que o país também segue a equipar ilhas artificiais como forma de defesa contra a Marinha americana (AXE, 2020; STASHWICK, 2020).

Além dos citados sistemas de mísseis, estima-se que há mais de 72 hangares de aviões de caça chineses na zona das ilhas Spratlys, além de 16 em Paracels (POLING, 2020). Ademais, a China também avança em tecnologias de radares em ambos arquipélagos, a fim de detectar toda a movimentação da área (POLING, 2020).

Nas últimas décadas, observa-se que a China vem realizando diversos exercícios navais na região, tendo como exemplo testes de mísseis balísticos e componentes da aviação naval (AXE, 2020; HUANG, 2019). Os exercícios demonstram as aspirações chinesas para formar uma Força Naval robusta, com a capacidade de se posicionar como uma grande potência militar regional (AXE, 2020).

A China também utiliza estratégias dos exercícios navais em conjunto, especialmente com a Rússia, surgindo como uma oportunidade

¹⁵ Segundo o artigo 87, “o alto mar está aberto a todos os Estados, quer costeiros quer sem litoral. A liberdade do alto mar é exercida nas condições estabelecidas na presente Convenção e nas demais normas de direito internacional” (UNCLOS, 1982, p. 25).

para transferência de tecnologia e no aumento das experiências em campo (US DEPARTMENT OF DEFENSE, 2018). Segundo o US Department of Defense (2018), cerca de 20 operações bilaterais e multilaterais foram realizadas no ano de 2018.

Para o almirante norte-americano, Admiral Davidson, “a China já é capaz de controlar o Mar do Sul da China em todos os cenários de guerra com os Estados Unidos”¹⁶, podendo sim representar uma ameaça aos norte-americanos futuramente (EXPRESS, 2018, p. 1, tradução nossa). Da mesma forma, o governo norte-americano admite que uma eventual crise com a China atingiria negativamente o país e a economia¹⁷. Um dos exemplos atuais é a guerra comercial, que gerou consequências negativas para ambas as economias.

Além disso, conforme já dito, a capacidade militar dos Estados Unidos é altamente superior, contribuindo para que a China também recue possíveis aspirações para um conflito real na região. Dessa forma, as partes exploram essa prerrogativa para que as resoluções das disputas de soberania sejam feitas por meios diplomáticos (STASHWICK, 2020).

A título de exemplo é a atuação da própria atuação do Ministério das Relações Exteriores chinês. Segundo o embaixador chinês, Liu Xiaoming a navegação dos Estados da região no Mar do Sul da China não é uma adversidade, uma vez que as partes utilizam da diplomacia para a resolução do conflito, principalmente através do COC, construindo relações sólidas (NEW CHINA, 2018).

Dessa forma, a estratégia do país em uma relação de discurso e ação se torna ambíguo. Observa-se que o slogan de um desenvolvimento pacífico e a utilização da diplomacia com os membros da ASEAN para a resolução das disputas, como por exemplo. Porém, do outro lado, também há a projeção das forças no MSCh por meio dos exercícios e instalações militares nas ilhas, como forma de dissuasão.

Como constata Heath (2017, p. 8, tradução nossa)

Por um lado, alguns documentos oficiais, como o 18º relatório do Congresso do Partido, afirmam que “a paz e o desenvolvimento continuam sendo as tendências subjacentes de nossos tempos” e que o “equilíbrio das forças internacionais” se “inclinou a favor da paz

¹⁶ China is now capable of controlling the South China Sea in all scenarios short of war with the United States.

¹⁷ Idem.

mundial". Por outro lado, o mesmo relatório observou "fatores crescentes de instabilidade e incerteza" e tendências em direção ao "hegemonismo" e à "política de poder".

Assim, ainda que seja notório a projeção militar no MSCh e as estratégias de dissuasão, a China se mantém cautelosa devido à presença norte-americana na região. Dessa forma, os Estados Unidos fornecem um equilíbrio na balança de poder no Sudeste Asiático e um reduz a escalada de um conflito militar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nova postura da China no sistema internacional, a qual é advinda de um processo de substituição das políticas de *low profile*, se constitui como uma força motriz para a defesa dos interesses do Partido Comunista da China. A modernização, compra e fabricação dos armamentos da Marinha chinesa transformou-a na mais potente Força Naval de um país asiático, dando suporte para as políticas em prol da Grande Estratégia do país.

Assim, os altos investimentos em novas aquisições militares se constituem como suporte para a projeção de poder e reivindicação da soberania no Mar do Sul da China. Os líderes chineses demonstram assumir uma posição assertiva sobre a questão, mesmo que transcenda dos princípios da jurisdição internacional. A construção de ilhas artificiais em regiões que não pertencem à sua Zona Exclusiva Econômica, a reafirmação da "linha dos nove traços", bem como a intensa demonstração de poder naval através dos diversos exercícios militares representam as principais implicações da modernização das Forças Armadas chinesas no MSCh.

O intuito é lograr nas táticas de dissuasão militar voltadas ao antiacesso e negação do mar (A2/AD), com o objetivo de induzir aos Estados vizinhos em reduzirem as reivindicações de soberania na região. No entanto, apesar de reunir esforços militares para alcançar tais fins e se ascender como grande potência regional, a presença do superior poder bélico dos Estados Unidos transforma as dinâmicas do Sudeste Asiático.

Desde a guerra comercial com os Estados Unidos, em 2018, é notório que levou a consequências negativas para a economia chinesa, fruto da interdependência econômica entre ambos os países. Deste modo, um conflito armado para afirmar a soberania não seria benéfico para os principais interesses da reforma estrutural da China, a qual tem como

intuito conduzir a sociedade chinesa para um patamar moderno e com um alto desenvolvimento econômico.

Portanto, a ponderação da balança de poder militar para o lado dos EUA consequentemente reduz as chances de que a dissuasão militar da China se torne efetiva. Assim, apesar da demonstração militar chinesa, se espera que as disputas possam ser decididas por meio soluções pacíficas, com a importante atuação do Código de Conduta entre as partes no Mar do Sul da China.

THE CHINESE NAVAL MODERNIZATION AND THE IMPLICATIONS FOR THE SOUTH CHINA SEA

ABSTRACT

The Chinese structural reform, in late twentieth-century, allowed China to accelerate development in the political, economic and military area. The main purpose of this reform is to turn the People's Republic of China into a world power, increasing its influence in the international system. Therefore, one of the resource used is the modernization of the Armed Forces, once military power allows applying strategies such as deterrence. The purpose of this paper is to discuss how the Chinese naval projection in the South China Sea impacts on the events and disputes over sovereignty among States in the region. Chinese claims are illegal under international law of the sea, since China exceeds the limits of the Exclusive Economic Zone, granted by the United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS) in 1982. Thus, the study analyzes the dynamics of the military power in the South China Sea, as well as the role of the United States in Southeast Asia, as a way of mitigating Chinese military power.

Keywords: China. Power Projection. Naval Force. South China Sea.

REFERÊNCIAS

- À BEIRA da recessão: economia dos EUA deve desacelerar em 2020, dizem analistas. Sputnik, 2020. Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/economia/2020010414970181-a-beira-da-recessao-economia-dos-eua-deve-desacelerar-em-2020-dizem-analistas/>>. Acesso em: 16 jan. 2020.
- AXE, David. Does China or America Have Better Missiles in the South China Sea?. National Interest, 2020. Disponível em: <<https://nationalinterest.org/blog/buzz/does-china-or-america-have-better-missiles-south-china-sea-113341>>. Acesso em: 17 jan. 2020
- BAKER, R.; ZHANG, Z. Opinião estrangeira: O paradoxo da estratégia naval da China. Poder Naval, 2012. Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/2012/07/22/opinio-estrangeira-o-paradoxo-da-estrategia-naval-da-china/>>. Acesso em: 22 mai. 2018.
- BARRÍA, Cecília. Por que interessa à China evitar uma guerra comercial com os EUA. BBC, 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43629715>> Acesso em: 16 jan. 2020.
- BEUKEL, Erik. China and the South China Sea: Two faces of power in the rising China's neighborhood policy. DIIS working paper, 2010; Disponível em: <http://pure.diis.dk/ws/files/56292/WP2010_07_South_China_Sea_web.pdf>. Acesso em: 15 set. 2018.
- BRADLEY, Charlie. South China Sea humiliation: Why China's military bases could crumble in US conflict. Express, 2020. Disponível em: <<https://www.express.co.uk/news/world/1228206/south-china-sea-how-china-military-bases-could-crumble-us-conflict-spt>>. Acesso em: 17 jan. 2020
- CARRIÇO, Alexandre. Grande Estratégia e o «sonho da China» de Xi Jinping. Relações Internacionais (R: I), n. 38, p. 23-33, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992013000200003>. Acesso em: 22 ago. 2018.
- CHINA'S NINE-dashed line has 'no basis under international law'. DW, 2015. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/chinas-nine-dashed-line-has-no-basis-under-international-law/a-18609290>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

CHINA'S "PEACEFUL" Rise Threatening Small States In Southeast Asia. Global Journal Ceners, Julho 2017. Disponível em <<https://www.globaljournalceners.org/article.php?e=13>>. Acesso em: 16 set. 2018.

CHINA pede aos Estados Unidos o fim da 'intimidação econômica', mas diz estar aberta a diálogo'. O Globo, Março 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/china-pede-aos-estados-unidos-fim-da-intimidacao-economica-mas-diz-estar-aberta-dialogo-22526349#ixzz5PnuFdJG3>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

CONSTITUTION. Constitution of the People's Republic of China. 1982. Disponível em: <<https://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/en/cn/cn147en.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR. Montego Bay, Jamaica, 10 de dezembro de 1982. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/documentos/convencao-onu-mar>>. Acesso em: 30 set. 2018.

COOPER, Cortez A. PLA Military Modernization: Drivers, Force Restructuring, and Implications. The RAND Corporation. Testimony given Before the US-China Economic and Security Review Commission, v. 15, 2018. Disponível em: <https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/testimonies/CT400/CT488/RAND_CT488.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

DECLARATION ON THE CONDUCT OF PARTIES IN THE SOUTH CHINA SEA. 2002. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/125380/5066_South_China_Sea.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

DELLAGNELO, Eloise Helena; SILVA, Rosimeri. Carvalho. Pesquisa qualitativa em administração teoria e prática. São Paulo, Ed. FGV, 2005.

DESPESA militar sobe mais na China e cai 20% na Rússia. Diário de Notícias, Maio 2018. Disponível em: <<https://www.dn.pt/mundo/interior/despesa-militar-sobe-mais-na-china-e-cai-20-na-russia-9301610.html>>. Acesso em: 12 set. 2018.

ERICKSON, Andrew. China's Three 'Navies' Each Have the World's Most Ships. War is Boring, 2018. Disponível em: <<https://warisboring.com/chinas-three-navies-each-have-the-worlds-most-ships/>>. Acesso em: 15 set. 2018.

FRAVEL, M. Taylor. China's strategy in the South China Sea. *Contemporary Southeast Asia*, p. 292-319, 2011. Disponível em: <<https://taylorfravel.com/documents/research/fravel.2011.CSA.china.strategy.scs.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2018.

FRIEDMAN, George. In China, a Strategy Born of Weakness. *Geopolitical Futures*, 2017. Disponível em: <<https://geopoliticalfutures.com/in-china-a-strategy-born-of-weakness/>>. Acesso em: 30 set. 2018.

HARNETT, Daniel. The Father Of The Modern Chinese Navy — Liu Huaqing. CIMSEC, 2014. Disponível em: <<http://cimsec.org/father-modern-chinese-navy-liu-huaqing/13291>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

HEATH, Timothy R. Chinese Political and Military Thinking Regarding Taiwan and East and South China Seas. RAND Corporation, 2017. Disponível em: <<https://www.rand.org/pubs/testimonies/CT470.html>>. Acesso em: 2 set. 2018.

HEATH, Timothy R.; GUNNESS, Kristen; COOPER, Cortez A. The PLA and Chinas Rejuvenation: National Security and Military Strategies, Deterrence Concepts, and Combat Capabilities. RAND Corporation-National Defense Research Institute Santa Monica United States, 2016. Disponível em: <https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR1400/RR1402/RAND_RR1402.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

HUANG, Kristin. Chinese warplanes take South China Sea exercises to new level. *South China Morning Post*, 2019. Disponível em <<https://www.scmp.com/news/china/military/article/3042243/chinese-warplanes-take-south-china-sea-exercises-new-level>>. Acesso em: Acesso em: 17 jan. 2020

INFORMATION OFFICE OF THE STATE COUNCIL. The Diversified Employment of China's Armed Forces. White Paper, 2013. Disponível em: <https://www.nti.org/media/pdfs/China_Defense_White_Paper_2013.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

JINPING, Xi. Secure a decisive victory in building a moderately prosperous society in all respects and strive for the great success of socialism with Chinese characteristics for a new era. In: Delivered at the 19th National Congress of the Communist Party of China October. 2017. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/download/Xi_Jinping's_report_at_19th_CPC_National_Congress.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2020.

JISI, Wang. China's search for a grand strategy: A rising great power finds its way. *Foreign Affairs*, p. 68-79, 2011. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2011-02-20/chinas-search-grand-strategy>>. Acesso em: 10 set. 2018.

JORDÃO, Sérgio. Mar do Sul da China e o Direito do Mar. *O Furor*, 2015. Disponível em: <<https://ofuror.com/2015/06/12/mar-do-sul-da-china-e-o-direito-internacional-maritimo/>>. Acesso em: 30 set. 2018.

LYRIO, Mauricio. A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos. Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/902-Ascensao_da_China_como_Potencia_A.pdf>. Acesso em: 20 Ago. 2018.

MINISTRY OF NATIONAL DEFENSE. The diversified employment of China's armed forces. Ministry of National Defense, Abril 2013. Disponível em <<http://eng.mod.gov.cn/Database/WhitePapers/2012.htm>>. Acesso em: 18 Ago. 2018.

MINISTRY OF NATIONAL DEFENSE. China's Military Strategy. Ministry of National Defense, Abril 2015. Disponível em <<http://eng.mod.gov.cn/Database/WhitePapers/2014.htm>>. Acesso em: 18 Ago. 2018.

MIZOKAMI, Kyle. China Could Have 4 Aircraft Carriers by 2022: Should the Navy Be Worried?. *The National Interests*, 2018. Disponível em <<https://nationalinterest.org/blog/buzz/china-could-have-4-aircraft-carriers-2022-should-navy-be-worried-31077>>. Acesso em: Acesso em: 15 set. 2018.

MIZOKAMI, Kyle. China's South China Sea Military Bases Are More Than They Seem. *National Interest*, 2020. Disponível em <<https://nationalinterest.org/blog/buzz/chinas-south-china-sea-military-bases-are-more-they-seem-112706>>. Acesso em: Acesso em: 17 jan. 2020

MONTEIRO, Camilla Morgado Horta; OBREGON, Marcelo Fernando Quiroga. El nuevo muro de Trump. *Derecho y Cambio Social*, n. 56, p. 422-432, 2019. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6967940.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2020

MOURA, Augusto Luna. O "Chinese Dream" na estratégia de política externa da China sob o governo de Xi Jinping: percepções em textos e discursos. 2015. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/>>

bitstream/handle/123456789/158243/Monografia%20do%20Augusto.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: Acesso em: 16 jan. 2020.

MOSS, Trefor. China Now Has a Rail Link Into the Heart of Europe. *The Wall Street Journal*, 2017. Disponível em: <<https://www.wsj.com/articles/china-now-has-a-rail-link-into-the-heart-of-europe-1494519829>>. Acesso em: 14 set. 2018.

NEVES JUNIOR, Edson José. A modernização militar da Índia: As virtudes do Modelo Híbrido. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/143479/000993388.pdf>> Acesso em: mar. 2018.

NO ONE should underestimate China's determination to uphold peace in South China Sea: Chinese ambassador. *New China*, 2018. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2018-09/21/c_137484502.htm>. Acesso em: 21 set. 2018.

NORTON, Simon. China's grand strategy. China studies centre, The University of Sydney, Sydney, Australia, 2015. Disponível em: <https://sydney.edu.au/china_studies_centre/images/content/ccpublications/policy_paper_series/2015/chinas-grand-strategy.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

NYE, Joseph S. Paradoxo do Poder Americano. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

O'ROURKE, Ronald. China Naval Modernization: Implications for US Navy Capabilities—Background and Issues for Congress. 2018. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/RL33153.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2018.

OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE. Military Power of the People's Republic of China 2008. Department of Defence, 2008. Disponível em: <<https://fas.org/nuke/guide/china/dod-2008.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2018.

OFFICE OF NAVAL INTELLIGENCE WASHINGTON DC. The People's Liberation Army Navy: A Modern Navy With Chinese Characteristics. Front Cover. Defense Technical Information Center, 2009. Disponível em: <<https://fas.org/irp/agency/oni/pla-navy.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2018.

ONLY WAR can stop China in the South China Sea - US Admiral delivers TERRIFYING warning. *Express*, 2018. Disponível em: <<https://www.express>

co.uk/news/world/1020673/South-China-Sea-war-Chinese-control-US-Navy-Admiral-military-Indo-Pacific-Command>. Acesso em: 14 set. 2018.

PANDA, Ankit. Are China's South China Sea Artificial Islands Militarily Significant and Useful?. *The Diplomat*, 2020. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2020/01/are-chinas-south-china-sea-artificial-islands-militarily-significant-and-useful/>>. Acesso em: 17 jan. 2020

PASSARINO, Nathalia. Guerra comercial EUA x China: como disputa pode atingir em cheio o Brasil. *BBC*, 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-48354991>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

PAUTASSO, Diego; DORIA, Gaio. A China e as disputas no Mar do Sul: o entrelaçamento entre dimensões regional e global. *Revista de Estudos Internacionais*, v. 8, n. 2, p. 18-32, 2016. Disponível em: <<http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/view/295>>. Acesso em: 15 set. 2018.

POLING, Gregory. THE CONVENTIONAL WISDOM ON CHINA'S ISLAND BASES IS DANGEROUSLY WRONG. *War on the Rocks*, 2020. Disponível em <<https://warontherocks.com/2020/01/the-conventional-wisdom-on-chinas-island-bases-is-dangerously-wrong/>>. Acesso em: Acesso em: 17 jan. 2020

STANZEL et. al, Angela et al. Grand Designs: Does China Have a 'Grand Strategy'. *European Council on Foreign Relations*, 2017. Disponível em: <https://www.ecfr.eu/publications/summary/grands_designs_does_china_have_a_grand_strategy>. Acesso em: 10 ago. 2018.

STASHWICK, Steven. China's South China Sea Militarization Has Peaked. *Foreign Policy*, 2019. Disponível em <<https://foreignpolicy.com/2019/08/19/chinas-south-china-sea-militarization-has-peaked/>>. Acesso em: Acesso em: 17 jan. 2020

STEINBERG, Jim; O'HANLON, Michael. Can Donald Trump Avoid a Dangerous South China Sea Showdown?. *The National Interest*, 2017. Disponível em: <<https://nationalinterest.org/feature/can-donald-trump-avoid-dangerous-south-china-sea-showdown-190999>>. Acesso em: 14 set. 2018.

SYLVESTER, John. The geopolitics of China: a great power enclosed. *American Diplomacy*, 2012. Disponível em <http://www.unc.edu/depts/diplomat/item/2012/0106/iar/iar_geochina.html>. Acesso em: 15 ago. 2018.

TACTICAL nuke deployment would fuel the arms race spreading across East Asia. Hankyoreh, Março 2017. Disponível em: <http://english.hani.co.kr/arti/english_edition/e_international/785319.html>. Acesso em: 10 set. 2018.

THE US has a massive military presence in the Asia-Pacific. Here's what you need to know about it. Public Radio International, 2017. Disponível em: <<https://www.pri.org/stories/2017-08-11/us-has-massive-military-presence-asia-pacific-heres-what-you-need-know-about-it>>. Acesso em: 30 set. 2018.

TRIBUNAL de Haia rejeita reivindicações chinesas sobre Mar do Sul da China. O Globo, 2016. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/mundo/tribunal-de-haia-rejeita-reivindicacoes-chinesas-sobre-mar-do-sul-da-china-19690774>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

US and China sign deal to ease trade war. BBC, 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/business-51114425/>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

U.S. Military In West Pacific. Thomson Reuters, 2012. Disponível em: <<https://blogs.thomsonreuters.com/answeron/us-military-in-the-west-pacific-graphic/>>. Acesso em: 30 set. 2018.

US DEPARTMENT OF DEFENSE. Annual Report to Congress: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China. 2018. Disponível em: <<https://media.defense.gov/2018/Aug/16/2001955282/-1/-1/1/2018-CHINA-MILITARY-POWER-REPORT.PDF>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

WILL the US fight for oil in the South China Sea?. DW, 2017. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/will-the-us-fight-for-oil-in-the-south-china-sea/a-37677319>>. Acesso em: 15 set. 2018.

YAO, Kevin; WU, Huizhong. China's economy worsens in July, industrial growth at 17-year low as trade war escalates. Reuters, 2019. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-china-economy-activity/chinas-economy-worsens-in-july-industrial-growth-at-17-year-low-as-trade-war-escalates-idUSKCN1V404X>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

Recebido em: 05/09/2019

Aceito em: 15/01/2020